

E L E I Ç Õ E S
2 0 1 4

ENSINO SUPERIOR PRIVADO
PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA



ABMES

Associação Brasileira de
Mantenedoras de Ensino Superior

Presidência

Presidente

Gabriel Mario Rodrigues

1º Vice-Presidente

Carmen Luiza da Silva

2º Vice-Presidente

Getúlio Américo Moreira Lopes

3º Vice-Presidente

José Janguê Bezerra Diniz

Conselho da Presidência

Titulares

Candido Mendes de Almeida

Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco

Vera Costa Gissoni

Terezinha Cunha

Paulo Antonio Gomes Cardim

Antonio Carbonari Netto

Celso Niskier

Jouberto Uchôa de Mendonça

Valdir Lanza

Wilson de Mattos Silva

Manoel Joaquim Fernandes de Barros Sobrinho

Suplentes

Fábio Ferreira de Figueiredo

Eda Coutinho Barbosa Machado de Souza

Gislaine Moreno

Alexandre Nunes Theodoro

Antonio Colaço Martins

Conselho Fiscal

Titulares

Paulo Antonio Lima Eduardo

Silva Franco

Luiz Eduardo Possidente Tostes Custódio

Filipe de Jesus Pereira Débora Cristina

Brettas Andrade Guerra

Suplentes

Eliziário Pereira Rezende Hiran

Costa Rabelo

Diretoria Executiva

Diretor-Geral

Fabício Vasconcellos Soares

Vice-Diretor-Geral

Sérgio Fiuza de Mello Mendes

Diretor Administrativo

Décio Batista Teixeira

Diretor Técnico

Daniel Castanho

Diretor Executivo

Sólon Hormidas Caldas

Diretora Acadêmica

Cecília Eugenia Rocha Horta

Elaboração, organização e sistematização

CM Consultoria

Carlos Monteiro

Fabiano Abbonízio

Lucas Montanari

Lourival Gonçalves

Adriano Rogério dos Santos

Emerson Costa Soares

Contato Consultoria

Raulino Tramontin

Revisão

Carlos Monteiro

Raulino Tramontin

Adriano Rogério dos Santos

Diagramação

Lucas Montanari

Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)

SCS Quadra 7 Bloco A Sala 526 Edifício

Torre do Pátio Brasil Shopping 70 330 -

911 Brasília DF

Tel. 61-3322-3252 Fax 3224-4933

www.abmes.org.br abmes@abmes.org.br

I. Sumário Executivo

A importância do Setor Privado para o Ensino Superior Brasileiro é inegável, considerando que:

- concentra 87% do total de Instituições de Ensino Superior;
- oferta 66% dos cursos superiores;
- agrega 73% de todo alunado nacional;
- é responsável pela colocação de 79% dos futuros profissionais no mercado;
- emprega 60% dos Docentes do setor e 53% da mão de obra de técnicos administrativos; d em termos de volume financeiro, é responsável por uma movimentação média estimada da ordem de R\$ 79,9 bilhões/ano, entre matrículas, livros e material didáticos;
- permite com a oferta de vagas no período noturno que os estudantes desenvolvam atividades remuneradas durante o dia para custear os seus estudos;
- desempenha relevante papel na educação brasileira, sobretudo na expansão do ensino superior e concentra boa parte de suas instituições e matrículas nas regiões interioranas do país;
- contribui para o crescimento do número de estudantes provenientes do ensino médio público, pela oferta de cursos mais acessíveis a esta clientela.

Outras considerações:

- Mais de 2.995 municípios não possuem instituições de ensino superior (IES) nem Polos de Ensino a Distância, o que torna a população presa fácil do atraso, do crime e das drogas;
- O segmento privado tem a maior representatividade em termos de interiorização por todos os recantos do país. Desta forma, é fundamental que não seja excluído dos Programas de Licenciaturas, hoje promovidos pelo MEC, com vistas à formação de professores. Não é demais repetir que a maioria absoluta dos mestres e doutores das pequenas e médias IES é proveniente de IES públicas;
- As IES podem ser consideradas como única fonte do saber. O aprendizado assumiu nos dias atuais múltiplas formas de maneira que o ensino formal deve ser mais proativo, com a diversificação de oportunidades aos estudantes que já não dispõem de tanto tempo regular para os estudos;
- O atual marco regulatório constitui-se em um dos entraves da educação superior no país, em função da burocracia na procrastinação na tramitação de processos e pleitos, formas de avaliação, retrabalho e demora na automatização dos sistemas, razão pela qual torna-se necessário garantir a do segmento particular nas comissões e nos grupos de trabalho ligados ao Ministério da Educação.

II. Ensino Superior Privado

1. Ensino Superior Privado: quem somos nós

Segundo o último Censo da Educação Superior, temos em nosso país aproximadamente 7 milhões de universitários. A tabela a seguir apresenta o quantitativo de IES no país, por categoria administrativa e as respectivas matrículas.

Tabela 1 – Instituições de Ensino Superior e Matrículas, públicas e privadas, 2012.

Cursos de Graduação	Brasil	Privados	% Privados
IES	2.416	2.112	87%
Matrículas	7.035.688	5.140.312	73%

Fonte: Censo da Educação Superior, 2012.

O retrato do ensino superior privado brasileiro no século XXI apresenta diversos aspectos que merecem um estudo mais detalhado. Dentre esses elementos destacam-se:

- Um forte crescimento do setor com novas IES, cursos e grande oferta de vagas;
- Predomínio destacado do segmento privado;
- Crescimento da taxa de ociosidade;
- Taxa de evasão elevada;
- Chegada ao ensino superior de um contingente cada vez maior das camadas com pouco poder aquisitivo e baixo nível cultural;
- Participação das matrículas dos jovens de 18 a 24 anos muito abaixo dos padrões internacionais;
- Fragmentação do mercado (77,7% das IES têm até 2.000 alunos);
- As matrículas são concentradas, com 85 universidades privadas (3,8% das IES privadas) detendo 31% das matrículas totais (públicas e privadas) e apenas dois cursos com quase trinta por cento das matrículas (29,4%);
- Grande concorrência (no “Oceano Vermelho”) e forte pressão sobre os preços;
- O setor é altamente regulado;
- Em 2012 a taxa de Reposição de alunos foi igual a 77%. Ou seja, de cada 100 alunos egressos ou evadidos no ensino superior, houve apenas 77 novos ingressantes;
- O número de alunos pertencentes à geração “Y” cresce fortemente exigindo das IES e de seus professores e gestores nova postura e novas metodologias;
- Os Cursos Superiores de Tecnologia (CST’s), mesmo enfrentando a má vontade da Academia e o desprezo dos Conselhos Profissionais, começaram a decolar a partir de 2005;

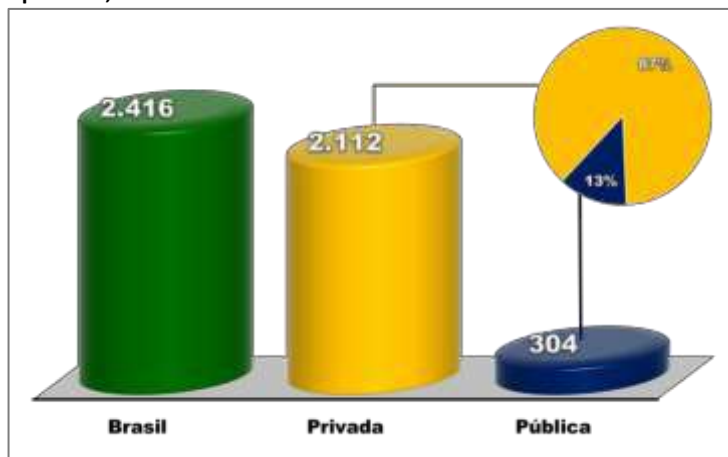
Lembramos ainda que mais de **2.995 municípios** não possuem IES nem Polos de Ensino a Distância, o que torna a população desses municípios presa fácil do atraso, do crime e das drogas.

1.1. Instituições

Em 2012, existiam no Brasil, 2.416 IES, sendo 304 IES públicas e 2.112 IES privadas, o que deixa evidente o papel preponderante da iniciativa privada na educação superior. O gráfico a seguir demonstra a distribuição das IES por categoria administrativa (pública e privada).

A análise panorâmica demonstra a necessidade de ações voltadas para melhor aproveitamento dessa capacidade instalada. As IES classificadas segundo a categoria administrativa (pública e privada) entre os anos 2000 e 2012, apresentaram crescimento otimista, sendo que as IES públicas responderam pelo crescimento de 72,7%.

Gráfico 1 - Número de instituições de educação superior, Brasil, públicas e privadas, 2012.



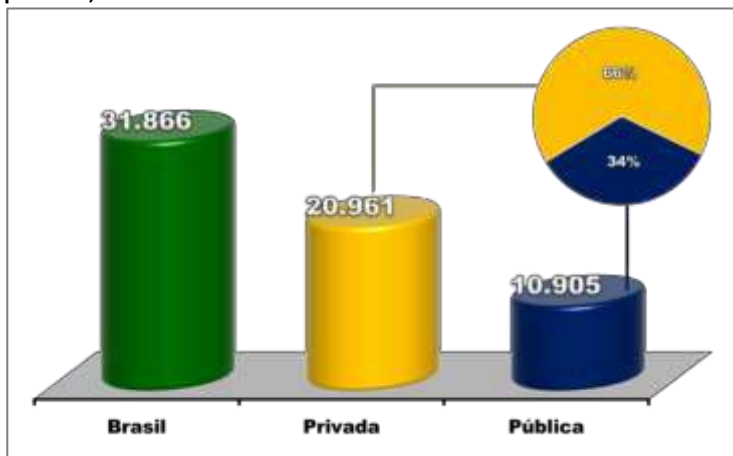
Fonte: Censo da Educação Superior

O número de IES privadas em âmbito geral, considerando o mesmo período de análise, mais que dobrou de tamanho (110,3%). Essa expansão é resultado dos investimentos da iniciativa privada no desenvolvimento do País.

1.2. Cursos

Os cursos de graduação (bacharelado, licenciatura e superiores de tecnologia) podem ser ofertados de duas maneiras: presencial e a distância. O gráfico a seguir demonstra o quantitativo total de cursos superiores no Brasil:

Gráfico 2 – Número de Cursos Superiores de Graduação, Brasil, públicos e privados, 2012.



Fonte: Censo da Educação Superior

A tabela a seguir apresenta a relação de cursos superiores, por categoria administrativa e modalidade de oferta:

Tabela 2 – Cursos superiores por modalidade de oferta, públicos e privados, 2012.

Cursos de Graduação	Total	Presencial	EaD
Brasil	31.866	30.718	1.148
Privada	20.961	20.324	637
Pública	10.905	10.394	511

Fonte: Censo da Educação Superior.

Nas IES privadas foi mais expressivo (88,3% e 20.324 cursos). Os cursos das IES públicas somam 10.394 ou 34% do total, evoluindo 83,6% no período 2003-2012.

O crescimento do número de estudantes no ensino superior deve-se principalmente aos cursos da rede privada de ensino, considerando-se ao menos três motivos:

- São mais acessíveis (processos seletivos) aos estudantes provenientes do ensino médio público;
- Geralmente disponibilizam a oferta no período noturno, o que permite o desenvolvimento de atividade remunerada durante o dia para inclusive custeá-lo;
- São em maior número, estão mais bem distribuídos e normalmente mais próximos do município de origem dos estudantes.

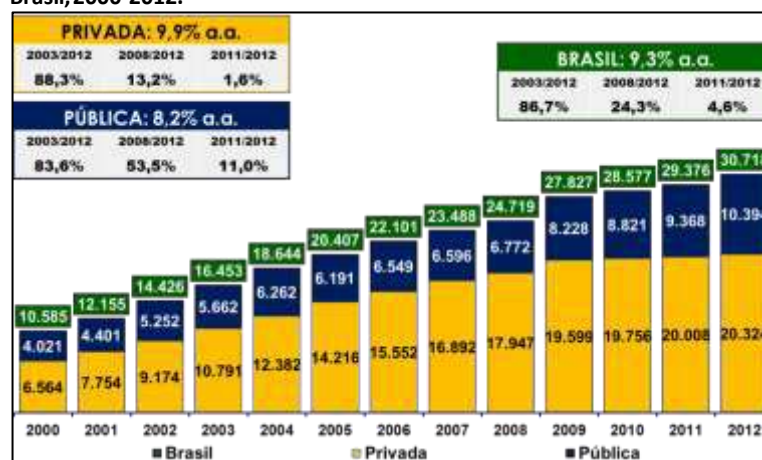
1.3. Matrículas

As matrículas da graduação, considerando os cursos presenciais e à distância apresentaram um crescimento superior a 119,9% no período observado entre 2000 a 2012.

O gráfico a seguir apresenta a distribuição das matrículas no ensino superior brasileiro entre o setor público e privado.

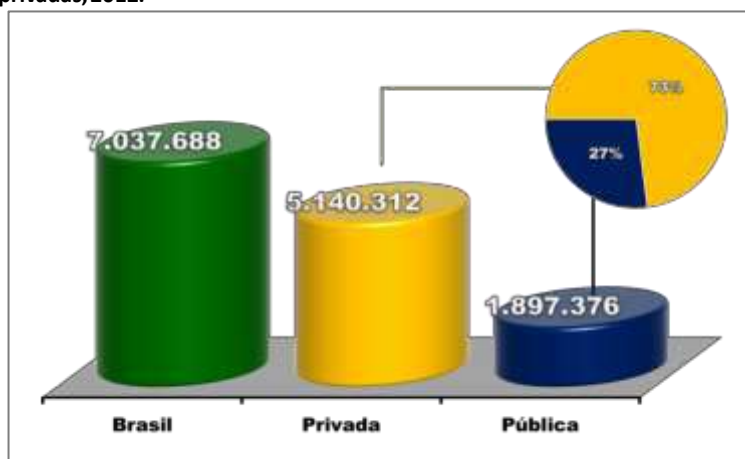
A evolução do quantitativo de cursos presenciais no período 2003-2012 foi de 86,7%, chegando em 2012 ao montante de 30.718 cursos espalhados por todo o país.

Gráfico 3 – Evolução dos cursos presenciais, por categoria administrativa, Brasil, 2000-2012.



Fonte: Censo da Educação Superior

Gráfico 4 – Matrículas na graduação do ensino superior, Brasil, públicas e privadas, 2012.



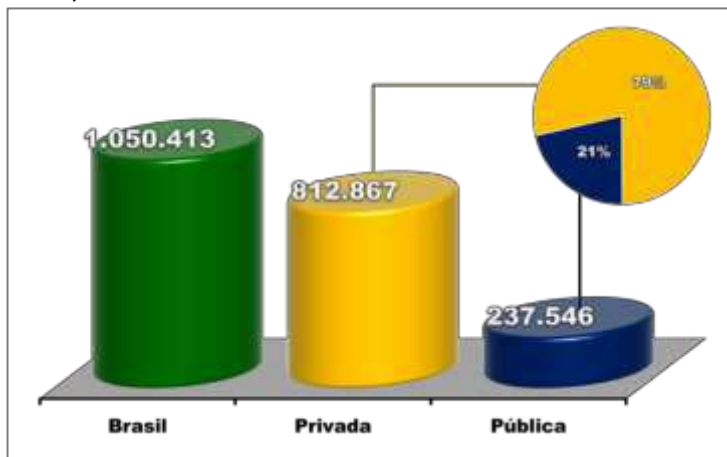
Fonte: Censo da Educação Superior

As matrículas no ensino superior privado cresceram 132,8% entre 2000 e 2012, enquanto que as matrículas no setor público cresceram 93,4% no mesmo período.

1.4. Egressos

O desafio dos estudantes do ensino superior é maior do que o simples ingresso. Muitos concentram grandes esforços em como ‘entrar’ e acabam por não se prepararem no sentido de como ‘permanecer’ no curso. As elevadas taxas de evasão e ociosidade demonstram que os investimentos vão além da ampliação da oferta, devendo se concentrar também na permanência e conseqüentemente conclusão dos estudos.

Gráfico 5 – Egressos da graduação no ensino superior, Brasil, IES públicas e privadas, 2012.



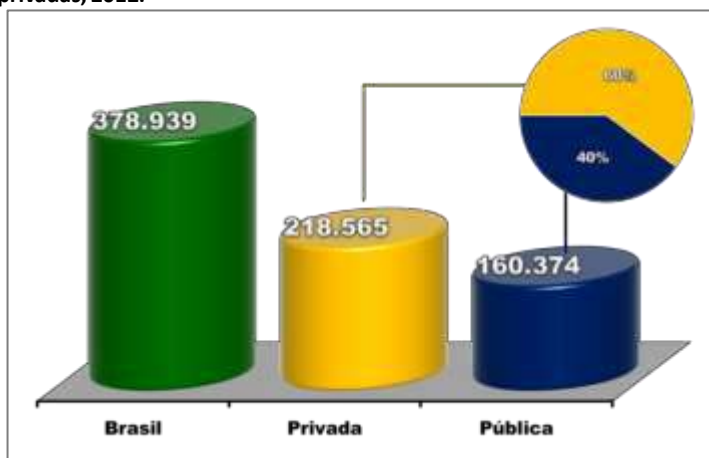
Fonte: Censo da Educação Superior 2012.

1.5. Docentes

Entre os anos de 2000 e 2012 o número de docentes em todo o país evoluiu de 197.712 para 378.939, representando um aumento de 91,7%. Nesse período, a rede privada teve maior evolução (99,5%), enquanto que as IES públicas, 81,9%.

O crescimento decorre da crescente expansão do ensino superior em número de cursos, vagas e matrículas. Em 2012, as IES privadas empregavam 57,7% dos docentes totais, enquanto que as IES públicas absorviam os outros 42,3%:

Gráfico 6 – Número de funções docentes no ensino superior, Brasil, públicas e privadas, 2012.



Fonte: Censo da Educação Superior, 2012.

1.6. Técnicos Administrativos

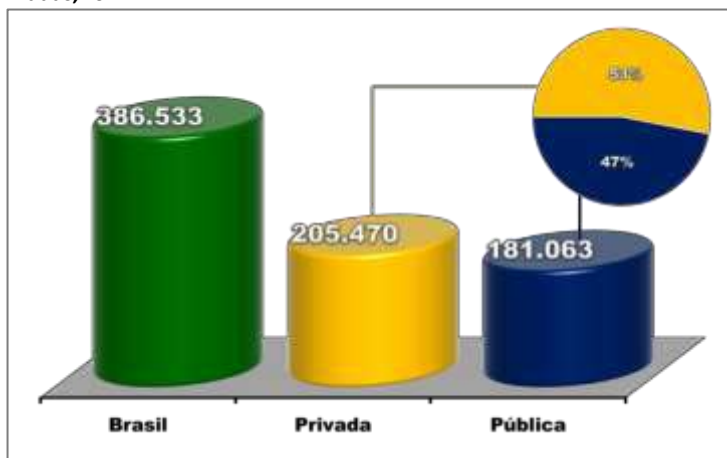
O gráfico a seguir apresenta o quantitativo de colaboradores técnico-administrativos empregados nas atividades de apoio à educação superior:

O gráfico demonstra que 53% dos colaboradores pertencem ao quadro do setor privado, enquanto que os demais 47% constituem o contingente lotado no setor público.

1.7. Volume financeiro

O ensino superior no Brasil está presente, em maior ou menor escala, em todas as camadas da sociedade, seja por intermédio do custeio privado, seja pelo subsídio do governo.

Gráfico 7 – Técnicos administrativos no ensino superior, Brasil, IES públicas e privadas, 2012.

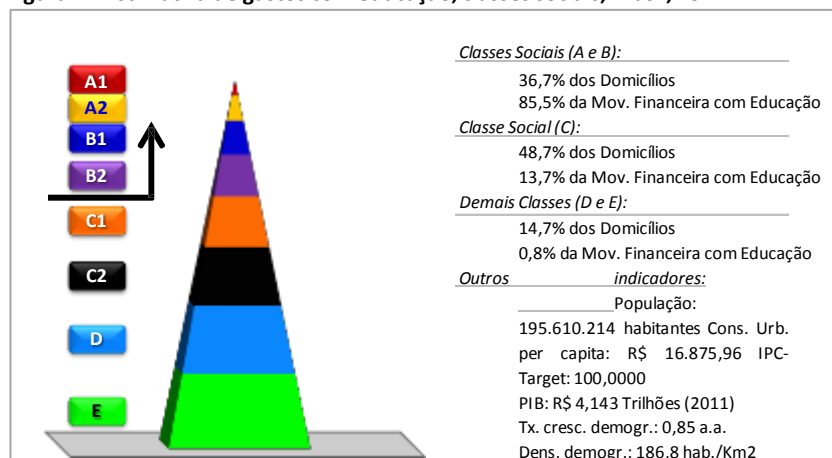


Fonte: Censo da Educação Superior, 2012.

A figura a seguir apresenta a estimativa de gastos em educação da população brasileira, distribuída por classes sociais:

Figura 1 – Estimativa de gastos com educação, classes sociais, Brasil, 2014.

De acordo com a figura, as classes A e B são responsáveis por 36,7% dos domicílios brasileiros e por 85,5 de toda movimentação financeira com educação. Já a classe C, cuja representatividade abrange 48,7% dos domicílios brasileiros, é responsável, de acordo com a estimativa, por 13,7% da movimentação financeira em educação.



Fonte: IPC Maps, 2014.

As classes "D" e "E" que representam 14,7% dos domicílios brasileiros são responsáveis por apenas 0,8% da movimentação financeira em educação.

Em 2014, segundo dados do IPC Maps, estima-se que a movimentação financeira em educação superior estará próxima de 20 bilhões de reais relativos ao pagamento de matrículas e mensalidades.

A Tabela a seguir apresenta uma segunda visão ampliada quanto à estimativa do faturamento do setor educacional formal no país entre 2011 e 2013:

Tabela 3 – Faturamento Estimado do Setor Educacional (Formal) – Brasil (2011-2013).

Segmento	2011 Faturamento Estimado (bilhões)	2012 Faturamento Estimado (bilhões)	2013 Faturamento Estimado (bilhões)
Graduação (Presencial + EaD)	R\$ 24,70	R\$ 28,23	R\$ 32,04
Pós Graduação (Presencial + EaD)	R\$ 3,74	R\$ 3,99	R\$ 4,19
Educação Básica	R\$ 32,43	R\$ 33,87	R\$ 39,16
Sistemas Apostilados de Ensino	R\$ 0,96	R\$ 1,20	R\$ 1,40
Livros Didáticos (PNLD + PNLEM)	R\$ 1,16	R\$ 1,09	R\$ 1,24
Livros Didáticos (sem participação de compra pelo governo)	R\$ 1,03	R\$ 1,75	R\$ 1,90
Total Geral	R\$ 64,02	R\$ 70,13	R\$ 79,93

Fonte: Hoper Educação.

A tabela demonstra a significativa participação do setor na economia do país, gerando reflexos tanto no campo social da educação, quanto no setor econômico.

1.8. Empregabilidade

Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, cada ano de estudo no ensino superior representa um aumento de até 15,07% no salário e um trabalhador com curso superior completo tem um fator multiplicador de 2,7 em seu salário, comparado ao trabalhador sem ensino superior, segundo a J. P. Morgan.

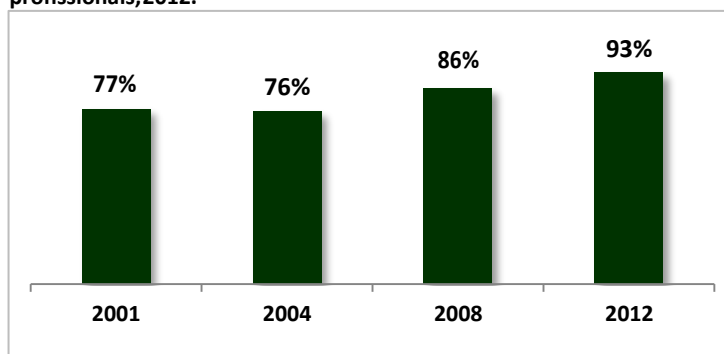
Somado a isso, grande parte dos postos estratégicos de trabalho são ocupados por egressos da educação superior privada, segundo pesquisa realizada pelo Semesp sobre empregabilidade.

Realizada entre agosto e setembro de 2012, a pesquisa ouviu 1.442 profissionais de grandes, médias e pequenas empresas do Estado de São Paulo totalizando 80 cidades atendidas por IES públicas e/ou privadas.

Comparativamente às demais edições, a pesquisa revelou recorde no número de profissionais formados pelo setor privado: - 93% dos profissionais formados pelo setor ocupam cargos de diversos escalões, conforme demonstrado pelo gráfico ao lado.

Para 96% dos entrevistados a escolha dos cursos não foi motivada em função do preço. Por outro lado, 72% dos entrevistados declararam a escolha da futura profissão em função de sua percepção da vocação profissional, revelando um maior amadurecimento dos ingressantes, conforme demonstrado no seguinte gráfico:

Gráfico 8 – Pesquisa Semesp Empregabilidade, formação acadêmica dos profissionais, 2012.



Fonte: Censo da Educação Superior, 2012.

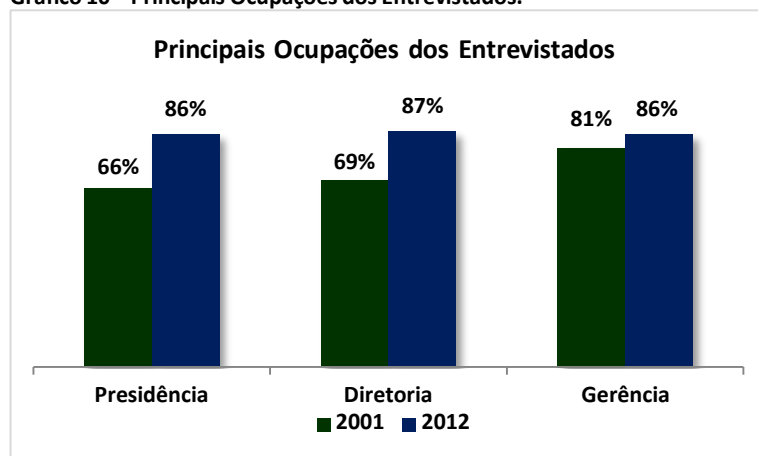
Gráfico 9 - Principais Influências na Escolha do Curso de Graduação.



Fonte: Semesp/2013. Elaboração: CM Consultoria

A pesquisa também revelou um significativo aumento da absorção pelo mercado de trabalho dos egressos da IES Privadas pelas três principais ocupações analisadas, em especial para

Gráfico 10 – Principais Ocupações dos Entrevistados.



Fonte: Semesp/2013. Elaboração: CM Consultoria

os cargos de presidência, cuja evolução em relação à 1ª Edição da pesquisa (2011) foi da ordem de 20 p.p., conforme ilustrado pelo gráfico ao lado.

Mais: para 82% dos entrevistados, o curso superior proporcionou mais oportunidades ou tantas quanto eles imaginavam ao se formar.

Em todas as áreas do conhecimento pesquisadas

(abrangendo desde Engenharia, Administração, RH, Marketing, Direito, Finanças, Biomédicas, Arquitetura e Comunicação), de 80% a 87% dos entrevistados se consideraram capazes de utilizar o que aprenderam no ensino superior privado.

1.9. Grupos Educacionais Privados

Conforme demonstrado pela tabela seguinte, os grandes *players* do setor privado concentraram 36% do *market share* de alunos e 33% do faturamento líquido do setor, fruto de algumas características comuns comparativamente às IES de menor porte: maior eficiência operacional, gestão com forte profissionalização, agressividade quanto às políticas de mensalidades e maior acesso ao mercado de capitais.

Tabela 4 - Maiores Grupos Educacionais Privados Com Fins Lucrativos no Brasil.

Ranking	Grupo Educacional	Receita Líquida (Revenue) - 2012 (em milhões de R\$)	Participação na Receita do Setor	Número de Alunos 2012	Participação no Mercado (market share)
1º	Anhanguera	R\$ 1.607	5,7%	429.000	8,3%
2º	Kroton	R\$ 1.405	5,0%	410.000	7,9%
3º	Estácio	R\$ 1.383	4,9%	272.000	5,3%
4º	UNIP + Holding Di Gênio*	R\$ 1.376	4,9%	238.000	4,6%
5º	Laureate	R\$ 956	3,4%	145.000	2,8%
6º	UNINOVE	R\$ 562	2,0%	127.000	2,5%
7º	UNICSUL	R\$ 487	1,7%	47.000	0,9%
8º	Ânima Educação	R\$ 400	1,4%	42.000	0,8%
9º	Whitney	R\$ 312	1,1%	37.000	0,7%
10º	Ser Educ. (Maurício de Nassau)	R\$ 282	1,0%	49.000	0,9%
11º	Grupo Tiradentes (UNIT)	R\$ 197	0,7%	37.000	0,7%
12º	DEVRY	R\$ 180	0,6%	27.000	0,5%
13º	IBMEC	R\$ 170	0,6%	9.000	0,2%
	Subtotal	R\$ 9.317	33,0%	1.869.000	36,1%
	Total do Setor Privado em 2012	R\$ 28.230	100,0%	5.165.029	100,0%

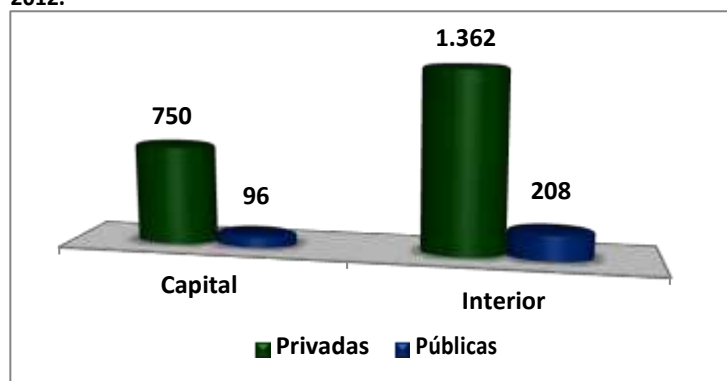
Fonte: Hoper Estudos de Mercado. * Holding Di Gênio é um grupo de 41 Faculdades Isoladas.

1.10. Pequenas e Médias IES Privadas: a força da interiorização

O ensino superior privado tem desempenhado relevante papel na educação brasileira, inclusive do ponto de vista da interiorização do ensino superior, concentrando boa parte de suas instituições e matrículas nas regiões interioranas do país.

O gráfico ao lado demonstra que 65% das IES privadas estão concentradas no interior, o que representa 87% de todas as instituições que estão fora das capitais brasileiras.

Gráfico 11 – Instituições de Ensino Superior, Capitais e Interior, Brasil, 2012.

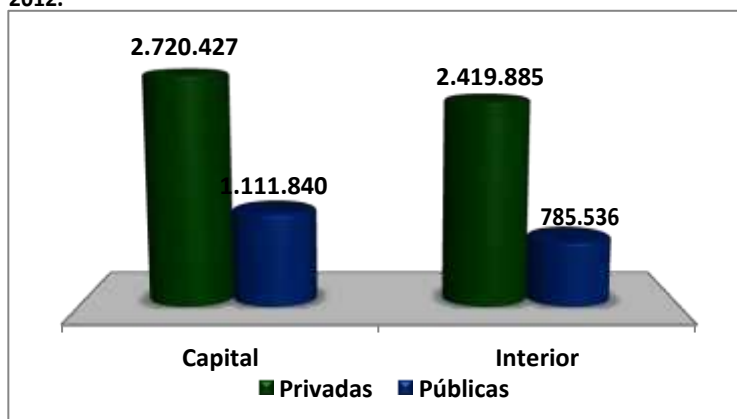


Fonte: Censo da Educação Superior.

No que diz respeito às matrículas, as instituições de ensino superior privadas concentram também a maioria do número de matriculados no interior do país. O gráfico ao lado demonstra o quantitativo de alunos matriculados no ensino superior privado no interior do país, um montante de quase 2,5 milhões de estudantes.

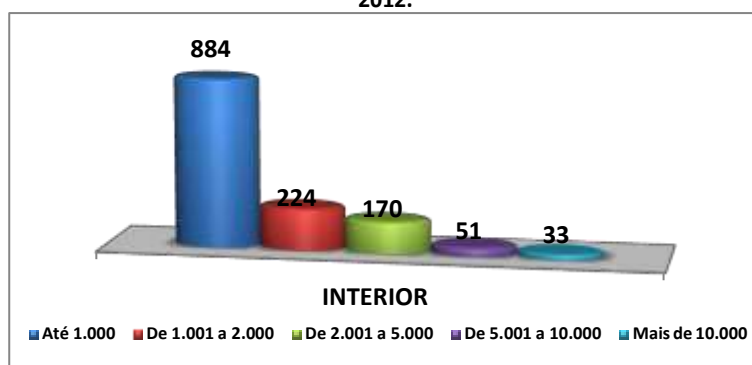
Destacam-se nesse prisma as instituições de educação superior privadas e pequeno e médio porte, ou seja, que concentram até dois mil alunos.

Gráfico 12 – Instituições de Ensino Superior, Capitais e Interior, Brasil, 2012.



Fonte: Censo da Educação Superior.

Gráfico 13 – Instituições de Ensino Superior, Capitais e Interior, Brasil, 2012.



Fonte: Censo da Educação Superior.

Essas instituições são a grande maioria nas cidades interioranas, correspondendo a 65% das IES localizadas no interior (as quais concentram 47% das matrículas totais privadas), conforme se demonstra no gráfico ao lado.

O gráfico apresenta o quantitativo de 884 IES de pequeno porte, instalados no interior do país. Somados ao montante, tem-se ainda

outras 224 IES entre 1001 e 2000 alunos, que constituem basicamente a grande maioria das instituições de educação superior espalhadas pelo interior do país, constituindo-se em força motriz para o desenvolvimento regional.

2. Principais pontos que necessitam de aperfeiçoamento ou mudança para que o segmento possa contribuir mais e melhor com o sistema educacional brasileiro

2.1. Na área administrativa e institucional

2.1.1. Revisão da atual estrutura

Necessidade de revisão da atual estrutura do MEC, pois seus órgãos carecem de melhor integração tanto horizontal, quanto vertical o que redundará em falta de agilidade, qualidade de serviços e aumento da burocracia na prestação de serviços ao público;

2.1.2. Representatividade nos principais órgãos

Urge a necessidade e melhor representação do segmento particular nos seguintes órgãos ligados ao Ministério da Educação:

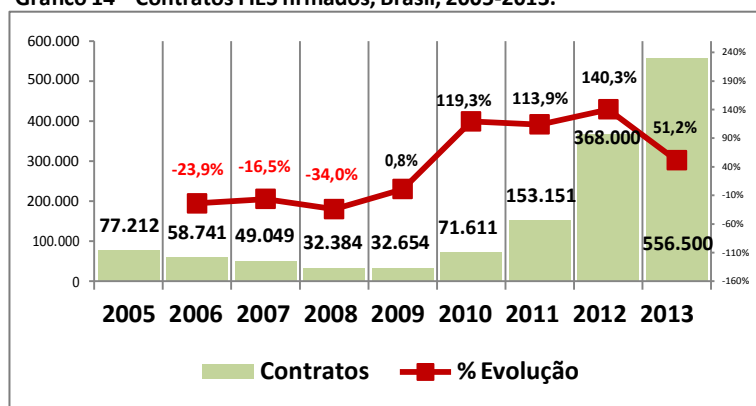
- Conselho Nacional de Educação (CNE);
- Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES);
- Comissão Técnica de Acompanhamento e Avaliação – CTA (INEP);
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP);
- Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES);
- Conselho Consultivo do Programa de Aperfeiçoamento dos Processos de Regulação e Supervisão da Educação Superior (CC-PARES);
- Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (INSAES) (se aprovado), nas diretorias e conselho diretor.

2.1.3. FIES e ProUni

A tabela a seguir apresenta o número de contratos do FIES firmados entre os anos de 2005 e 2013:

A partir do ano de 2010 o FIES passou a ser gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Nota-se que, desde então, o crescimento do número de contratos tem se elevado gradativamente.

Gráfico 14 – Contratos FIES firmados, Brasil, 2005-2013.

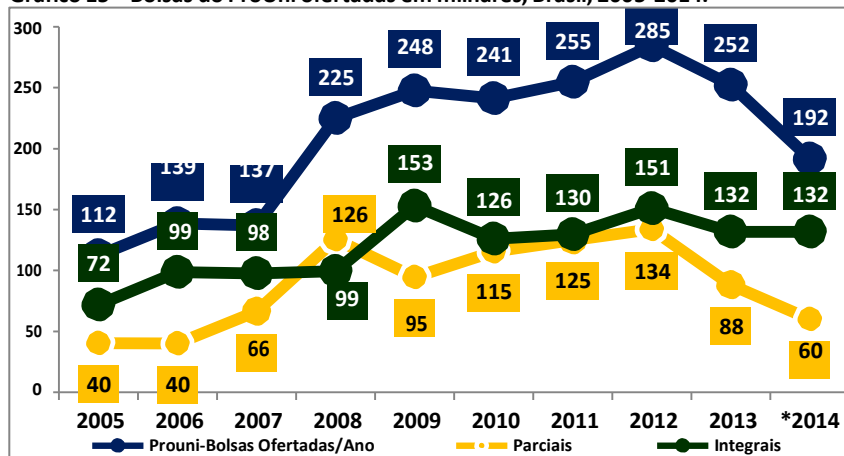


Fonte: SISFIES - SESU - Relatório de Gestão.

A tabela a seguir apresenta o número de bolsas do ProUni ofertadas entre o ano de 2005 e o primeiro semestre de 2014:

Os dados demonstram pequena queda no número de bolsas ofertadas em 2013, quando comparado ao ano anterior, acentuada pela redução no número de bolsas parciais ofertadas.

Gráfico 15 – Bolsas do ProUni ofertadas em milhares, Brasil, 2005-2014.



Fonte: ProUni: FNDE - Revista Ensino Superior fevereiro de 2014. *Dados de 2014 são do 1º Semestre.

As projeções de aumento de matrículas no ensino superior previstas no PNE representam um desafio que pode encontrar na reformulação do FIES um dos meios para o seu alcance.

A proposta é a criação de outras faixas de renda, para se ter acesso ao programa, naturalmente com juros diferenciados, o que aumentaria a demanda e, por consequência, o número de matrículas, considerando que o segmento público tem um limite de expansão.

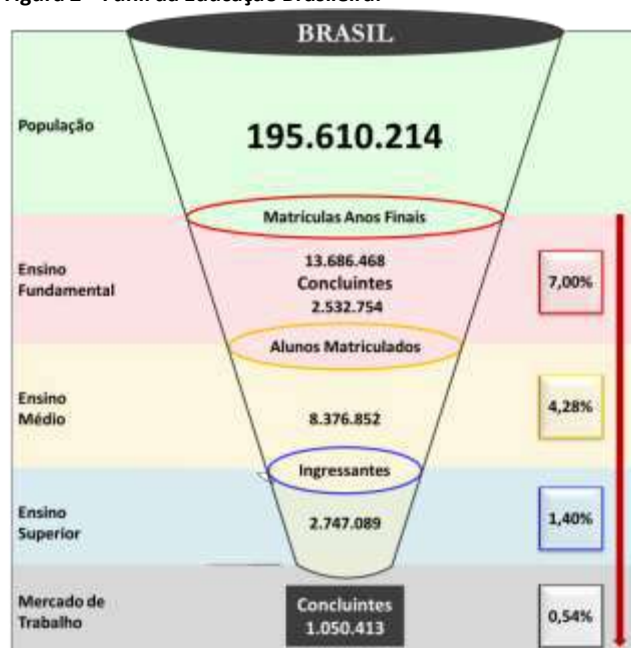
2.1.4. Funil da Educação Brasileira

A figura a seguir apresenta o funil da educação brasileira, demonstrando a relação de alunos concluintes das respectivas etapas de ensino.

Conforme demonstrado, o número de concluintes do ensino médio, cerca de 8 milhões de estudantes em 2012, o que representa 4,285 da população brasileira, é relativamente alto se comparado o número de ingressantes no ensino superior (2,7 milhões).

Se comparado ao número de egressos da educação superior, esse número é ainda menor, uma vez que apenas pouco mais de 1 milhão de estudantes conseguiram concluir o ensino superior em 2012, o que representa 0,54% do total da população brasileira.

Figura 2 – Funil da Educação Brasileira.



Fonte: IBGE e INEP: Censos da Educação Básica e Superior.

2.1.5. Licenciaturas

A tabela apresenta a relação de cursos de licenciaturas, públicos e privados, presenciais e a distância:

A tabela demonstra que há no país 8.194 cursos de licenciaturas, sendo que 45% são privados. Do total de cursos, apenas 7% são à distância, sendo que o setor privado responde por 35,3% destes.

Quanto às matrículas, as licenciaturas concentram 1.366.559 estudantes, sendo que o setor privado responde por 55,8% desse quantitativo.

Tabela 5 – Cursos de Licenciaturas, públicos e privados, presenciais e a distância, Brasil, 2012.

Cursos - Licenciaturas	Total Geral	Setor Privado	% Setor Privado
<i>Curso a distância</i>	581	205	35,3%
<i>Presencial</i>	7.613	3.492	45,9%
Total Cursos	8.194	3.697	45,1%
Matrículas - Licenciaturas	Total Geral	Setor Privado	% Setor Privado
<i>Curso a distância</i>	449.966	341.146	75,8%
<i>Presencial</i>	916.593	420.930	45,9%
Total Soma de Matrícula	1.366.559	762.076	55,8%

Fonte: Censo da Educação Superior 2012.

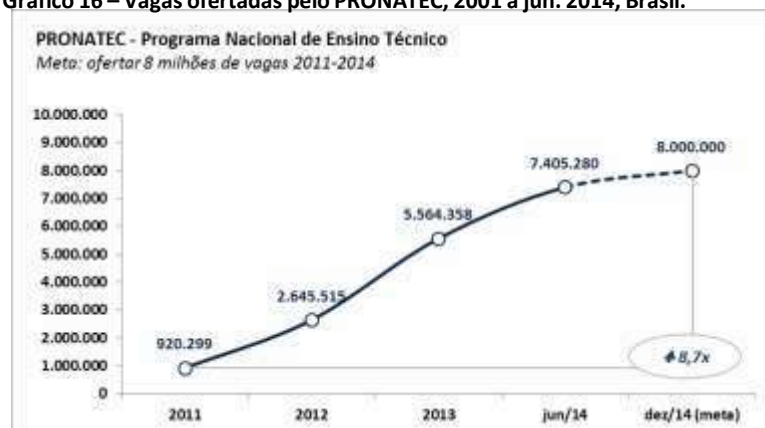
O segmento privado tem a maior representatividade em termos de interiorização por todos os recantos do país. **Desta forma, é fundamental que não seja excluído dos Programas de Licenciaturas, hoje promovidos pelo MEC, com vistas à formação de Professores.** Não é demais repetir que a maioria absoluta dos mestres e doutores das pequenas e médias IES é proveniente de IES públicas.

2.1.6. Pronatec

Conforme demonstrado pelo gráfico seguinte, apesar do expressivo incremento das vagas em seu início, é perceptível que tal crescimento seguirá em um ritmo mais acentuado (entre 2013-2014 o crescimento esperado será da ordem de 43%):

Após um período inicial de crescimento vertiginoso de em média 145,9% ao ano entre 2011-2013, o Pronatec tem como meta encerrar 2014 com um volume da ordem de 8 milhões de vagas ofertadas. Em termos absolutos, tal volume representa uma evolução de praticamente 9 vezes quando de seu início em 2011.

Gráfico 16 – Vagas ofertadas pelo PRONATEC, 2001 a jun. 2014, Brasil.



Fonte: Fonte: Ministério da Educação. Elaboração: CM Consultoria.

Com a possibilidade de o segmento privado participar do Pronatec e do Sisutec, aumentou-se sensivelmente o número de bolsas oferecidas. O que se propõe é que se qualifique melhor as IES com identificação do perfil necessário aos cursos tecnológicos para que os resultados dos mesmos demonstrem maior efetividade.

2.1.7. Redução da Burocracia e descentralização

É necessário analisar as consequências da burocracia na procrastinação na tramitação de processos e pleitos, do retrabalho e maior agilidade no processo de automatização do sistema.

Com base nesses dados, urge necessário aprimorar o fluxo do processo regulatório, bem como as rotinas dos órgãos de supervisão e controle com vistas à celeridade na tramitação processual e no cumprimento da lei do processo administrativo.

Propõe-se a descentralização do Sistema com a recriação das Delegacias do MEC em cada Estado. Essas delegacias representam um passo importante no processo de descentralização do MEC e de suas funções e tarefas, pois representariam a maior proximidade da presença do MEC e de suas Secretarias das IES, principalmente nas funções de supervisão, controle, protocolo e também na primeira fase da coleta de informações ao Censo do Ensino Superior.

2.2. Na área acadêmica

2.2.1. Revisão do Modelo Universitário Brasileiro

O atual modelo universitário brasileiro, baseado em cursos carreirocêntricos os quais não permitem mobilidade social, urge à adoção de um sistema mais adequado a uma sociedade não apenas em constante mudança bem como para um estado moderno no qual a educação continuada deva ser a regra.

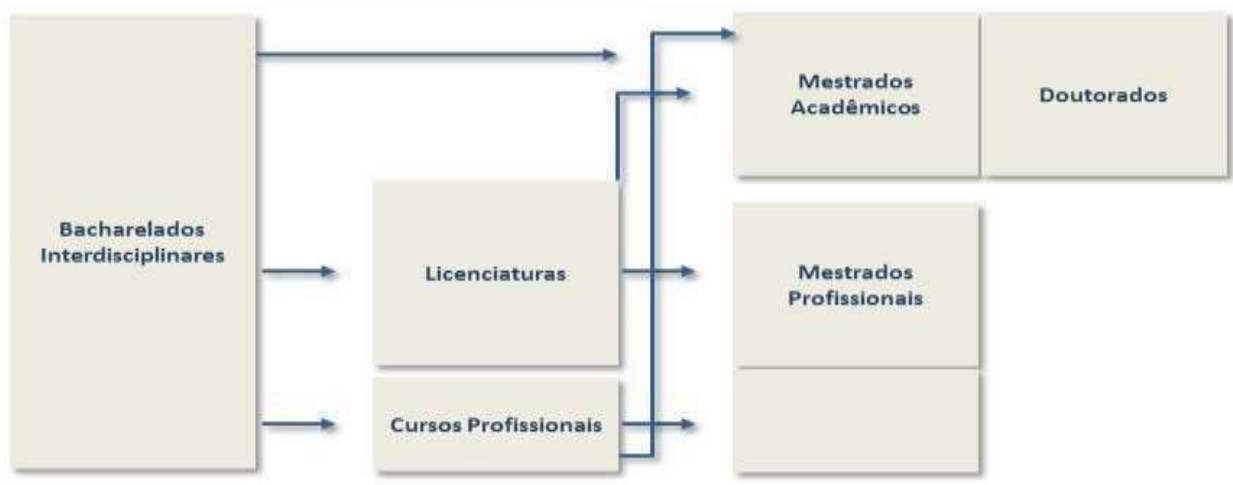
Uma interessante contribuição neste processo é dada pelo Prof. Naomar de Almeida Filho em sua obra “Universidade Nova: textos críticos e esperançosos¹”.

Voltado a dotar a educação superior de maior **mobilidade, flexibilidade, eficiência e qualidade**, o autor propõe a adoção de uma nova arquitetura acadêmica estabelecida em três ciclos de educação universitária:

- **Primeiro Ciclo:** Bacharelados Interdisciplinares (BI), os quais propiciam uma formação universitária geral, pré-requisito para a progressão do estudante nos ciclos seguintes.
- **Segundo Ciclo:** Formação Profissional em licenciaturas ou em carreiras específicas.
- **Terceiro Ciclo:** Formação acadêmica, científica ou artística, de pós-graduação.

Esquemáticamente, a proposta acadêmica defendida pelo autor pode ser visualizada pela figura seguinte:

Figura 3 – Estrutura Curricular do modelo de ciclos de educação superior.



Fonte: Universidade Nova. Elaboração CM Consultoria.

Agregando formação geral humanística, científica e artística a um aprofundamento num dado campo do saber, o **BI constituir-se-á em etapa inicial dos estudos superiores**, servindo como requisito para formação profissional na graduação e/ou formação científica ou artística na pós-graduação.

Em termos de estrutura curricular, o BI compreende três modalidades de componentes curriculares:

¹ Universidade Nova: Textos críticos e esperançosos / Naomar de Almeida Filho. – Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; Salvador: EDUFBA, 2.007.

- **Cursos Tronco (CT):** Conceito: formação obrigatória, paralela e sequencial durante todo o período do BI, composto por dois cursos tronco:
 - Língua Portuguesa como Instrumento de Comunicação: *aplicação da estrutura da língua à expressão oral e escrita nas áreas de concentração do BI.*
 - Línguas Estrangeiras Modernas: *uso instrumental do idioma estrangeiro selecionado (Espanhol, Francês, Inglês, Alemão, Italiano).*

- **Formação Geral (FG):** Conceito - componentes curriculares (módulos, cursos, disciplinas, atividades etc.) de escolha opcional em cada um dos Eixos Temáticos Interdisciplinares (ETI), com forte incentivo à oferta de blocos integradores. Os ETI compreendem conteúdos tais como:
 - Cultura Humanística: *Ética, Política e Cidadania, Qualidade de Vida, Formação das Sociedades Contemporâneas.*
 - Cultura Artística: *Estética, Panorama das Artes, Literatura, Exposição às Artes, Iniciação Artística.*
 - Cultura Científica: *Ética, Epistemologia e Metodologia, Pensamento Matemático, História das Ciências e das Técnicas, Iniciação Científica.*
 - Atividades Interdisciplinares em Comunidade: *organizadas por tema/problema, com alunos de diferentes origens e opções de titulação do BI.*

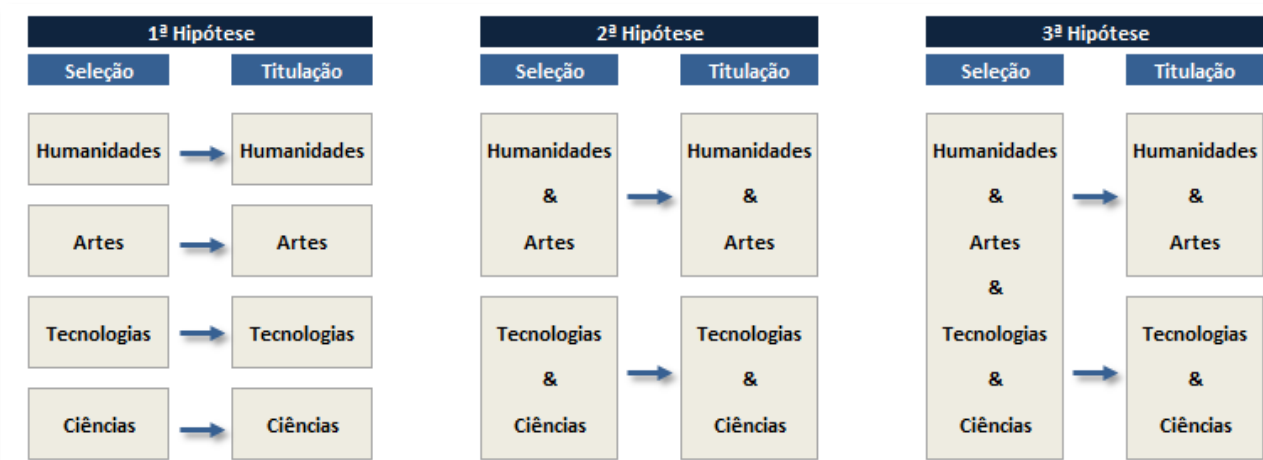
- **Formação Específica (FE)** - Conceito: compreende os componentes curriculares totalmente optativos e oferecidos para todas as opções de BI somente aos alunos da área de conhecimento correspondente que concluíram a FG, integrando graduação e pós-graduação.

Uma vez concluído o BI, o egresso receberá um **diploma em área geral de conhecimento**, garantindo-lhe maior flexibilidade no acesso ao mercado de trabalho. O autor considera três hipóteses de titulação quando da adoção de tal modelo:

- BI com seleção e titulação em quatro grandes áreas de saberes e práticas: Humanidades, Artes, Tecnologias e Ciências.
- BI com duas opções de seleção e duas de titulação nas seguintes áreas de saberes e práticas: Artes e Humanidades, Ciências e Tecnologias.
- Entrada única e geral para o BI e titulação em duas áreas: Artes e Humanidades, Ciências e Tecnologias.

Esquemáticamente, as hipóteses sugeridas pelo autor seriam:

Figura 4 – Hipóteses de titulação para o Bacharelado Interdisciplinar.



Fonte: Universidade Nova. Elaboração CM Consultoria.

Os efeitos positivos preconizados pelo autor relativamente à adoção dos **Bacharelados Integradores** são:

- Alargamento da base dos estudos superiores, permitindo uma ampliação de conhecimentos e competências cognitivas;
- Flexibilização curricular através do aumento de componentes optativos que proporcionarão aos estudantes a escolha de seus próprios percursos de aprendizagem;
- Introdução de dispositivos curriculares que promovam a integração de conteúdos disciplinares e níveis de formação;
- Adiamento de escolhas profissionais precoces que tem como consequência prejuízos individuais e institucionais;
- Redução das taxas de evasão, em especial do ensino público superior;

Por fim, os alunos graduados pelo BI poderão ter as seguintes opções de prosseguimento dos estudos:

- Graduados vocacionados para docência poderão prestar seleção para **Licenciaturas Específicas**.
- Graduados vocacionados para carreiras específicas poderão prestar seleção para **Cursos Profissionais**.

Graduados com excepcional talento e desempenho poderão ingressar em **Programas de Pós-graduação**, tais como **Mestrado profissionalizante ou acadêmico**, podendo prosseguir para o **Doutorado**.

2.2.2. Revisão do Ensino Presencial e a distância

As instituições de educação superior hoje não podem ser consideradas como única fonte do saber. O aprendizado assumiu nos dias atuais múltiplas formas e diferentes locais, de maneira

que o ensino formal deve ser mais proativo, com a diversificação de oportunidades aos estudantes que já não dispõem de tanto tempo regular para os estudos.

Metodologicamente, propomos rever as modalidades de educação presencial e a distância-EAD com a necessária intercomplementariedade das modalidades, principalmente nos cursos em que o ensino a distância tem maior adaptabilidade, permitindo um ensino melhor ajustado às necessidades do aluno e da sociedade, através das organizações e do mercado ocupacional.

Para tanto, propõe-se ainda uma revisão com vistas à conversão de, no mínimo, 50% do atual ensino presencial em ensino a distância, com a necessária e justa adequação ao tipo de ciclo profissional.

2.2.3. Revisão do atual marco regulatório

Do ponto de vista da regulação, sugerimos as seguintes propostas:

- Revisão urgente do cumprimento da Lei 10.861 de 2004, que implantou o Sistema Nacional de Avaliação, pela necessária mudança nos instrumentos que hoje são aplicados e por quê. Hoje os princípios da lei não são observados e há um poder discriminatório e discricionário no processo de avaliação que não representa a realidade do sistema;
- Os princípios da Lei 10.861 de 2004 (Lei do SINAES) foram mal interpretados e utilizados nos diversos instrumentos de avaliação;
- Revisão ou eliminação, nos termos da Lei 10.861 de 2004, do IGC e CPC por que não representam indicadores e dimensões de qualidade e além dos mais precisamos repensar os critérios, cálculos e indicadores utilizados, sua validade, representatividade, universalidade no estrito ditame da Lei do SINAES.
- Mudança na perspectiva dos objetivos do segmento e do papel que o segmento privado pode desempenhar: a questão do ensino, pesquisa e extensão e seus desdobramentos;
- Revisão de todos os instrumentos de avaliação para torná-los adequados a cada categoria do ensino superior, seu papel e funções: universidades; centros e faculdades;
- Revisão dos prazos dos atos regulatórios ampliando-os, para não interferência do sistema regulatório e na vida acadêmica das IES;
- Mudança completa no ENADE transformando-o de processo meramente classificatório para um exame de desempenho do aluno conforme prevê a Lei 10.861 de 2004, bem como a responsabilização deste pelos resultados, não recaindo unicamente nas IES, como acontece hoje injustamente nas Instituições;

- Ainda na avaliação: revisão do processo para torná-lo integrativo e não fragmentário com a divulgação isolada de um indicador ou resultado, o que prejudica todo o processo;
- Não interferência dos órgãos de classe nos processos formativos, ficando restritos a consultas e colaboração na melhoria das propostas formativas;
- Tornar a CAPES mais transparente com reuniões colegiadas públicas na análise dos processos de programas *stricto sensu*;
- Repensar o Censo da Educação Superior para que o mesmo tenha maior agilidade na divulgação dos dados e elaboração de análises das informações para que possa ser um instrumento de auxílio na definição de políticas de expansão do sistema, inclusive com auxílio das delegacias regionais do MEC, propostas neste documento;
- Estimular o surgimento de consórcios e agrupamentos de instituições e prestar-lhes assistência técnica para que possam em suas comunidades interioranas serem instrumentos de desenvolvimento e crescimento.
- Outro tipo de divulgação de resultados, somente quando todos os resultados fossem ratificados. Respeitar o processo de divulgação dos resultados, para que os primeiros a conhecerem os mesmos sejam os interessados, de forma não midiática, como ocorre hoje.

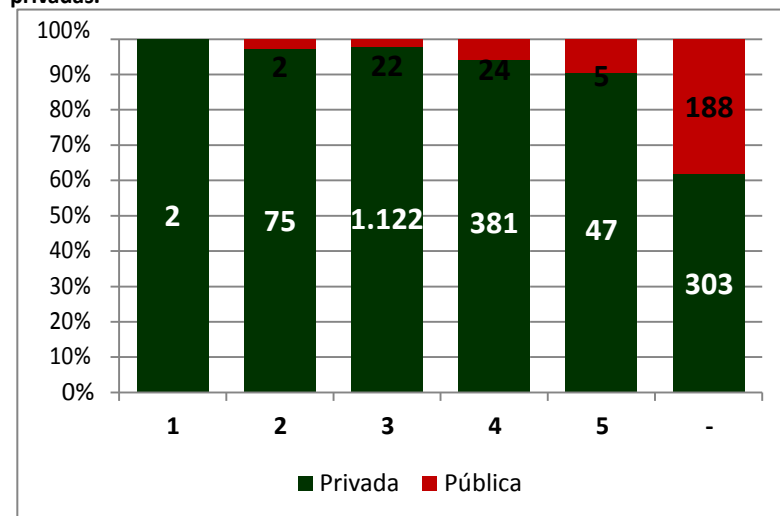
2.2.4. Conceitos de Avaliação e Indicadores de Qualidade

O gráfico a seguir apresenta a relação de conceitos institucionais obtidos pelas instituições de educação superior, públicas e privadas:

Apesar de obrigatório para fins de credenciamento institucional, um grande número de instituições de educação superior não tem conceito institucional divulgado pelo Ministério da Educação, a maioria de instituições públicas de ensino superior, conforme dados disponibilizados.

O gráfico também demonstra que, no setor privado, boa parte das instituições de ensino superior possui conceito institucional faixa três (3).

Gráfico 17 – Conceitos Institucionais na Avaliação Externa, Brasil, IES públicas e privadas.

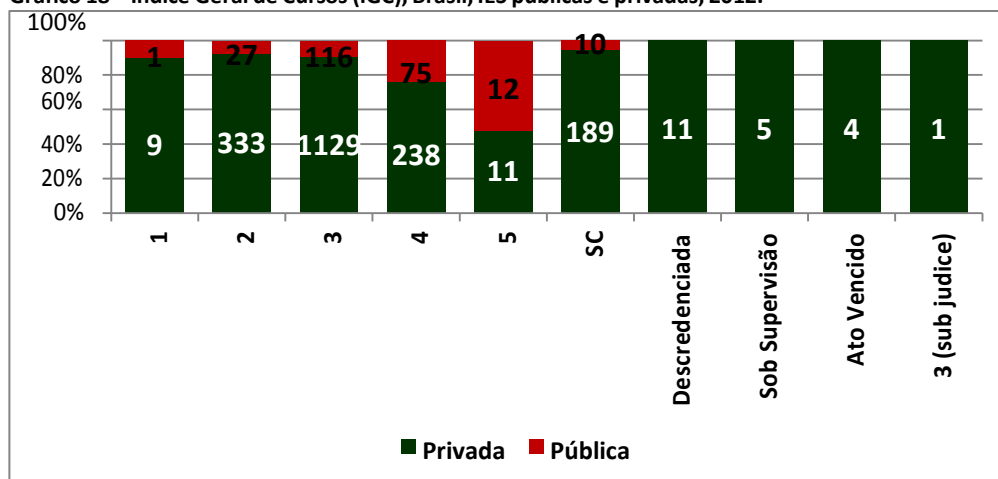


Fonte: E-MEC: Consulta Pública.

O gráfico a seguir apresenta o quantitativo de IES com Índice Geral de Cursos, públicas e privadas, por indicador:

O IGC é instrumento construído com base numa média ponderada das notas dos cursos de graduação e pós-graduação de cada instituição. Assim, sintetiza num único

Gráfico 18 – Índice Geral de Cursos (IGC), Brasil, IES públicas e privadas, 2012.



Fonte: INEP – Indicadores de Qualidade 2012.

indicador a qualidade de todos os cursos de graduação, mestrado e doutorado da mesma instituição de ensino. O IGC é divulgado anualmente pelo Inep/MEC, imediatamente após a divulgação dos resultados do Enade.

O gráfico demonstra que grande parte das instituições de educação superior, tanto públicas, quanto privadas, concentra índice geral de cursos na faixa três (3).

O gráfico a seguir apresenta o quantitativo de cursos com nota ENADE, públicos e privadas, por indicador:

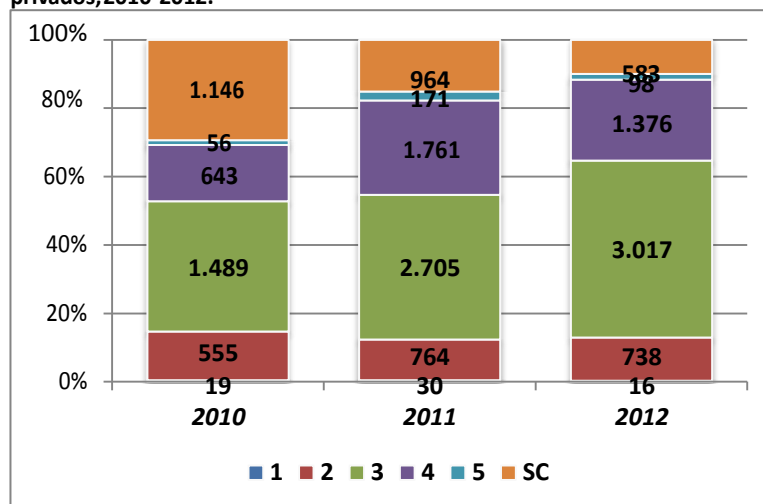
Tabela 6 – Resultados dos Cursos no ENADE, Brasil, cursos públicos e privados, 2010-2012.

Nota ENADE FAIXA	IES PÚBLICAS E PRIVADAS				IES PRIVADAS			
	2010	2011	2012	Total Geral	2010	2011	2012	Total Geral
1	139	344	166	649	109	218	135	462
2	799	1.523	1.720	4.042	733	1.164	1.597	3.494
3	1.205	2.567	2.767	6.539	1.047	1.743	2.482	5.272
4	682	1.467	1.203	3.352	383	725	944	2.052
5	239	369	339	947	68	163	191	422
SC	-	125	-	125	-	98	-	98
Total Geral	3.064	6.395	6.195	15.654	2.340	4.111	5.349	11.800

Fonte: INEP – Indicadores de Qualidade 2010-2012.

O gráfico apresenta os conceitos preliminares de cursos, obtidos no triênio 2010-2012, públicos e privados.

Gráfico 19 – Conceitos Preliminares de Cursos (CPC), Brasil, cursos públicos e privados, 2010-2012.



Fonte: INEP – Indicadores de Qualidade 2010-2012.

A tabela a seguir apresenta os conceitos preliminares de cursos, obtidos no triênio 2010-2012, privados:

Tabela 7 – Conceitos Preliminares de Cursos (CPC), Brasil, cursos privados, 2010-2012.

Contagem de CPC_FAIXA CPC_FAIXA	IES PÚBLICAS E PRIVADAS				IES PRIVADAS			
	2010	2011	2012	Total Geral	2010	2011	2012	Total Geral
1	19	30	16	65	13	19	14	46
2	555	764	738	2.057	481	503	633	1.617
3	1.489	2.705	3.017	7.211	1.269	1.828	2.663	5.760
4	643	1.761	1.376	3.780	309	959	1.121	2.389
5	56	171	98	325	5	73	64	142
SC	1.146	964	583	2.693	910	729	465	2.104
Total Geral	3.908	6.395	5.828	16.131	2.987	4.111	4.960	12.058

Fonte: INEP – Indicadores de Qualidade 2010-2012.

O gráfico demonstra que grande parte das instituições de educação superior, tanto públicas, quanto privadas, concentra o CPC três (3).

O CPC é divulgado anualmente, junto com os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, o Enade. Operacionalmente, cursos que obtiverem CPC 1 e 2 são automaticamente incluídos no cronograma de visitas dos avaliadores do Inep. Os demais casos, ou seja, cursos com conceito igual ou maior que 3, podem optar por não receber a visita dos avaliadores.

Neste aspecto, cumpre-nos destacar o interessante ensaio “Avaliação no ensino superior: acertos e derrapagens”, elaborado por Cláudio de Moura e Castro, Aldo Giuntini e Luciana Lima, publicado pela ABMES (ABMES Cadernos 22², 2011).

² Avaliação no ensino superior: acertos e derrapagens / Cecília Eugenia Rocha Horta, organizadora e coordenadora. Brasília: Associação Brasileira de Mantenedora de Ensino Superior, 2011, 72p. (Cadernos ABMES; 22)

Conforme solidamente demonstrado pelos autores, o IGC não se trata de uma boa medida de qualidade. Dentre os principais argumentos defendidos pelos mesmos a favor da necessidade de melhorias do índice, destacam-se:

- Metodologicamente o IGC mescla o que não pode ser mesclado. Por outras palavras, associar, por exemplo, cultura geral do aluno entrante, características docentes (quantidade de mestres, doutores, cumprimento de regime parcial, integral etc.) com valor adicionado de outros indicadores, não faz o melhor sentido. Somar o que o aluno sabe com o tamanho do prédio da escola é, no mínimo, contra produtora.
- Mais “bizarra” ainda seria a introdução no índice da nota de entrada do curso: o índice premia o curso que recebe alunos melhores. Contudo, a qualidade do aluno entrante é mérito do curso médio que frequentou e isso é justamente o que não pode ser atribuído ao curso superior cursado. Em termos práticos, continua sendo uma distorção grotesca do conceito de qualidade do curso.
- Enfim, somar variáveis do processo com medidas do resultado é logicamente incompatível. Para os autores, a decisão do Inep de se usar o IGC foi menos técnica e mais ideológica.

Contudo, fiéis ao objetivo do ensaio em fomentar um avanço no necessário processo de discussão de como se avaliar o ensino superior, para os autores, o melhor indicador de qualidade de uma Instituição seria avaliar o que os alunos mostraram saber na prova de competências profissionais do ENADE, por exemplo.

Portanto, o fato de ser louvável a iniciativa do Inep em criar, manter e desenvolver um sistema de avaliação único do mundo, não o exime de, em conjunto com outros formadores de opinião do setor, buscar o necessário aperfeiçoamento dos atuais parâmetros e métricas de avaliação da qualidade do Ensino Superior em seus mais diferentes aspectos.

3. Quadro Sinóptico

A importância do Setor Privado para o Ensino Superior Brasileiro é inegável, pois:

- Concentra 87% do total de Instituições de Ensino Superior;
- Oferta 66% dos cursos superiores;
- Agrega 73% de todo alunado nacional;
- É responsável pela colocação de 79% dos futuros profissionais no mercado;
- Emprega 60% dos Docentes do setor e 53% da mão de obra de técnicos administrativos;
- Em termos de volume financeiro, o setor é responsável por uma movimentação média estimada da ordem de R\$ 79,9 bilhões/ano, entre matrículas, livros e materiais didáticos;

Contudo, os desafios necessários ao aperfeiçoamento do setor como um todo, são proporcionais à sua importância no contexto educacional:

- Integração da estrutura do Ministério da Educação (MEC), visando a conferir maior agilidade e qualidade dos serviços prestados ao setor;
- Participação das entidades representativas do setor nos órgãos oficiais;
- Aperfeiçoamento dos programas oficiais de fomento e apoio aos novos estudantes – Fundo de Apoio ao Estudante (Fies) e Programa Universidade para Todos (ProUni), com acréscimo de faixas de renda e juros diferenciados;
- Melhoria do aproveitamento dos estudantes do Ensino Médio pelo Ensino Superior.
- Racionalização e diminuição dos entraves burocráticos relativos aos processos regulatórios dos órgãos de supervisão e controle oficiais, mediante rejeitura ou retorno ao modelo determinado pela Lei n.º 10.861/2004, o que equivale a dizer discutir ou eliminar o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC); revisar o modelo do Exame Nacional de Cursos (Enade), retornando que ao que determina a lei, bem como a responsabilização do aluno pelo resultado do Exame;
- Revisão do cumprimento do atual marco regulatório, em especial da Lei n.º 10.861/2004, com vistas a evitar os modelos burocráticos atuais relativos aos instrumentos de avaliação, seus resultados e formas de divulgação;
- Fomento às discussões sobre a revisão do modelo universitário brasileiro visando sua maior adequação aos principais sistemas de ensino superior internacionais, em particular o americano e o europeu;
- Busca da intercomplementariedade das modalidades do ensino presencial e a distância;
- Revisão da metodologia de avaliação a qualidade do Ensino Superior em suas diversas dimensões – cursos, instituições, alunado dentre outras.



ABMES

Associação Brasileira de
Mantenedoras de Ensino Superior